



## Do «catolicismo» ao «maísmo»

(Continuado da pág. anterior)

dos ex-católicos — procurava-se abrir para questões candentes. Foram os «Cadernos O Tempo e o Modo» (a fórmula «cadernos» foi escolhida para fugir à censura prévia, já que, não sendo periódicos, não lhe estavam sujeitos). No primeiro, dedicado ao casamento, «O Tempo e o Modo» abriu à revolução sexual e a Reich. Talvez não exagere se disser que esse polémico caderno, acompanhado por colóquios e outras manifestações de vitalidade, contribuiu não pouco para ajudar a desfazer vários lares ou para dar melhor consciência a facadinhos no matrimónio, que devia ser aberto e livre entre todos os homens e mulheres.

Com *Deus, o que é?* (espantoso título inventado pela Helena Vaz da Silva), Henry Miller, Bakoumine, Gonzalez Ruiz, Freud e Blanchot entram numa «antologia do paraíso» (como lhe chamava o Manuel Lucena) apimentada por um debate de agnósticos sobre Deus-Pai e Deus-Marx (Alfredo Barroso, Armando Trigo de Abreu, Jaime Gama, João Martins Pereira, José Carlos Ferreira de Almeida, José Luís Nunes, Sotomayor Cardia e Miguel Castro Henriques eram os intervenientes, moderados por mim). Lendo esse debate, Eduardo Lourenço escreveu-me a dizer que era a peça mais significativa publicada em Portugal nos últimos vinte anos.

Mas eu ia evoluindo também para um «maísmo» cada vez mais assumido, convencido, pelos acontecimentos de Paris, de que a imaginação ia tomar o Poder e que vinham aí as manhãs cantantes.

Só que em Portugal cantavam pouco. Salazar caiu dum cadeira abaixo e Marcelo subiu por uma cadeira acima. Houve os que apostaram numa liberalização e os que apostaram numa guerra idêntica ao novo regime, salazarento. No meio de muita discussão, de muitas anedotas e de muita coisa hoje curiosa de ler, «O Tempo e o Modo» ficou ainda, nesses anos, como o barómetro possível dessa efervescência.

Foi por essa altura que a sociedade anónima se criou e que o António Alçada deixou a direcção da revista, para corresponder «à exigência saída de irmos chamando as coisas pelos seus verdadeiros nomes e irmos pondo nos lugares de direito as pessoas que os ocupavam de facto», com ênclise escreveu. E assim eu passei a director.

### Autocrítica de um director

Mas nem sempre a passagem do facto ao direito funciona bem. Se julgo que fui um bom chefe de redacção durante seis anos, fui um mau director durante pouco mais de um.

Imbuído de «maísmo», como já disse, achei por bem introduzir alguns «sãos princípios» direcção colectiva, abertura total à nova esquerda posicionamento claro contra os aparelhos da esquerda tradicional.

Saíram muitos dos colaboradores antigos, ou para o que seria o PS ou para o que era o PC. Mas muita gente de que me sentia perto e com quem participei no ano de 69 na epopeia da CDE (José Manuel Galvão Teles, Jorge Sampaio, Joaquim Mestre, Armando Trigo de Abreu, Vítor Wengoróvius, Afonso de Barros, José Carlos Ferreira de Almeida, João Martins Pereira, etc.) entrou muita outra com bastante mais de «maísta» do que de «maísta» (no fundo, eram os embriões do futuro MES, do futuro MRPP e da futura UDP).

A revista mudou completamente de formato a partir de Novembro de 69 (n.º 73). E começou outra dura batalha.

Deu muitas histórias curiosas, não resisto a contar duas: sempre à procura de imagens de marca para «O Tempo e o Modo», a Helena Vaz da Silva (única que ficou comigo, depois do divórcio moralista, como lhe chamou Jorge de Sena) concebeu um anúncio em que se via um jovem de «jeans», cabelo comprido e óculos escuros a ler «O Tempo e o Modo», dizendo-se que ele (*«jovem estudantil de vanguarda que quer transformar o mundo mas não sabe ainda como»*) se sentira «um pouco mais seguro, em face do lamacento terreno da vida política nacional» depois de ler «O Tempo e o Modo».

Terrível reacção dos «maísta» que no número seguinte faziam publicar uma contra-resposta, acusando o dito anúncio de estabelecer uma relação viada entre a revista e os seus leitores por reduzir o público a uma larga camada consumidora.

De outra vez, Armando Trigo de Abreu escreveu um artigo sobre «o escândalo da Siderurgia». Telefonamente, muito aborrecido, o José Manuel Galvão Teles que tinha sido eleito presidente do Conselho de Administração da Sociedade Anónima. E que, com muito esforço, conseguira convencer já não sei quem da gente do Champalimaud a dar algum dinheiro para a revista: com aquele artigo ia tudo por água abaixo.

Entre essas contradições, quando releio hoje os números de 1970, julgo que apesar de alguns primarismos, o que lá se publicou continuava a ser bastante importante e bastante «reflector» (penso em artigos de João Martins Pereira, em textos de Jorge de Sena e Manuel de Lucena, em poemas de Nuno Júdice, em artigos de Joaquim Mestre, Serras Gago, Alberto Melo, ou em muitos debates gravados sobre as civagens da revista).

Mas no verão de 70 (julgo que foi quando se criou o MRPP, ainda na clandestinidade) o grupo liderado por Amadeu Lopes Sabino, Arnaldo de Matos, Martins Soares, Luis Matoso, etc., resolveu lançar a grande ofensiva de que eu seria o alvo número um, já que, publicamente, afirmava não ser sequer marxista. A ocasião foi uma crítica ao livro de António José Saraiva sobre *Maio e a Revolução Burguesa* que eles acharam que de-

via ser objecto de pública execução. Não era obra que me merecesse particular simpatia, mas os termos da crítica eram tão sectários que os limites da minha «directão colectiva» (que já me tinham feito engolir muita coisa) rebentaram.

Numa fúnebre reunião (ao menos para mim) pus o dilema: ou eu, ou o artigo. Não costume ter muitos ressentimentos, mas tenho alguns contra as pessoas que, abstando-se, dearam a vitória ao artigo. Saiu um número em que a tal crítica (da autoria de Amadeu Sabino) tinha honras de capa: os *Historiadores Burgueses Já Não Andam A Cavalito*. Sai eu também, de burro.

Só que nesses santos tempos a *solidariedade anti-fascista* era uma sacra insignia. Se eu anunciasse publicamente a minha demissão, a revista ficaria parada — ou suspensa — até a censura aprovar o nome de um novo director. Isso equivalia, na prática, a eu poder acabar com a revista, sacrificando um órgão *anti-fascista*. O dilema tinha precedentes, quando Rogério Fernandes fora comido da «Seara Nova». Achei que era um alto exemplo — e segui-o.

Só que, durante mais de um ano (apenas em 1972, Luis Matoso foi aprovado como novo director) o meu nome apareceu à cabeça de um «Tempo e o Modo» com que já nada tinha que ver e cuja simples leitura me remexia as entranhas. E ainda hoje aparecem pessoas a acusar-me de coisas aí saídas durante esse período...

Depois, vários accionistas da série A venderam as suas quotas ao novo grupo dirigente. Das minhas, como das de outros que as não venderam (o Nuno Bragança, a Helena Vaz da Silva, o Vasco Pulido Valente) nada sei. Como não sei o que aconteceu ao título e à revista que a última vez que a vi (já depois do 25 de Abril) era órgão oficial, ou oficioso, do grande educador da classe operária.

Curiosamente, caminho similar foi percorrido por outras revistas francesas que tanto influenciaram muitos dos que fizeram «O Tempo e o Modo», de 63 a 70: os «Cahiers du Cinéma», o «Tel Quel», etc. Algumas dessas já viraram de rumo e são hoje órgãos da *nova direita*. Só isso faltou a «O Tempo e o Modo» (talvez — quem sabe? — um dia ressuscite assim).

Por mim, guardei durante vários anos (agora já passou) essa degradação da revista, como a única *derrota pesada* da minha vida, e algumas tenho tido.

Mas, hoje, vinte anos depois, é-me mais presente a satisfação de ter contribuído para uma revista que foi culturalmente marcante e onde se publicaram das melhores e menos estúpidas coisas que nesse período se escreveram na imprensa portuguesa. E sinto que, do «catolicismo» inicial ao «maísmo» final, nela ficou muito do meu tempo e do meu modo. Acho mesmo que do tempo e do modo de muitos mais. Que se não foram dos melhores (e não o juro) certamente não foram dos piores.

## Do outro lado

MANUEL BRAGA DA CRUZ

«O TEMPO E O MODO» teve uma influência marcante na formação de gente da minha geração e extração. Surgiu num particular momento da vida nacional, em que ventos de mudança punham em causa os limites do que até então se entendera bem arrumado e compartimentado. Passados os tempos da guerra fria, iniciara-se internacionalmente a «détente». Kennedy chegara à Presidência dos Estados Unidos. Em Moscovo, apesar de tudo, o diálogo prosseguia. Em Roma, João XXIII fazia passar gradualmente a Igreja do *anátima ao diálogo*, e o Concílio fazia iniciar, em muitos católicos como eu, o repensamento fundamental do mundo e da Igreja. A par da destalinização, da *aliança para o progresso*, do diálogo e da paz, surgiam também a descolonização e o desenvolvimento. Parecia abrir-se uma viragem para um mundo novo, onde a esperança era jovem. Um daqueles «pontos críticos» de que falava Theillard de Chardin, então descoberto e introduzido entre nós pela Moraes.

Mas esses ventos de mudança, actuando sobre a sociedade fechada que era a portuguesa, variam internamente para campos opostos e irreconciliáveis, onde se conquistavam reacções diametralmente contrárias. A resistência e a incapacidade de mudança davam-se as mãos, paradoxalmente, quando a sua necessidade mais se fazia sentir.

Do Oriente viera o primeiro aviso do inevitável colapso de uma pátria que não se discutia. Goa pré-anunciara as revoltas africanas. Pouco tempo depois, o desenvolvimento, nome novo da paz, era sacrificado nos altares africanos da guerra. Entretanto, o melhor do nosso povo desgarrava-se pela emigração selvagem, e a juventude mais insatisfeita dava disso mostras, sobretudo nas Universidades.

### Ensinar a duvidar

O unanimismo político e religioso em que tantos haviam sido educados e crescidos, quebrara-se significativamente a partir de finais da década anterior. Os tradicionais apoios católicos e monárquicos ao regime haviam-se rompido, deixando entrever que o Governo e a sua política se afunilavam no isolamento progressivo.

Foi precisamente neste tempo de abertura externa e de aniquilose interna, que alguém apostou num novo modo de estar e de actuar. «O Tempo e o Modo» apareceu como luzada de ar fresco numa sociedade carente de modernidade, sem outro programa ideológico ou outro propósito básico que não fosse o de abrir diálogo, abatendo barreiras, criando espaço e condições de mudança e de novos entendimentos. Sentar à mesma mesa, sem confessionalismos nem partidarismos, as diferenças desentrançadas, foi de facto o grande mérito de António Alçada Baptista.

O impacto da revista não esteve em teorias expandidas ou eloquentemente elaboradas sobre a necessidade do diálogo, mas sim no gesto,

emblemático e testemunhal, de fazer esse diálogo.

Pelas páginas da revista passaram problemas sociais e políticos, culturais e religiosos, artísticos e literários, tratados pelas mais diversas figuras. A novidade não estava tanto na temática, mas no método de tratamento. Creio que a primeira grande lição de «O Tempo e o Modo» esteve no ensinar a duvidar e a perguntar sem preconceitos, e também a criticar e a intervir com liberdade, que eram, como são ainda hoje, as condições de possibilidade de um diálogo real e construtivo. A leitura das páginas de «O Tempo e o Modo» foi para mim como leitor, uma lenta mas efectiva aprendizagem da democracia.

### Criticar o Poder

Mas se este primeiro e fundamental impacto foi essencialmente cultural, outro grande impacto político teve o lançamento de «O Tempo e o Modo», que foi o de possibilitar uma maneira nova de ser oposição e de intervir politicamente. A velha oposição democrática transpirava a republicanismo, ao qual o imaginário juvenil da minha geração associava o jacobinismo, o secretismo e o anticlericalismo. A aproximação crítica da política era decididamente pouco aliciente, porque a oposição, tal como a situação, se fazia portadora muito mais de uma tradição (pouco brilhante aliás) que de uma inovação. Ora «O Tempo e o Modo» vinha trazer possível uma maneira moderna de ser oposição.

Por outro lado, «O Tempo e o Modo» corporizava um novo modo de intervenção política, que a própria revista definiu como «humanismo inventivo», isto é, uma intervenção «na base de uma concepção libertadora e progressiva da História e da pessoa humana, que acentue o primado desta sobre as necessidades materiais e técnicas colectivas em que se baseia o seu desenvolvimento», como releio agora no editorial do primeiro número. Era uma intenção personalista, colhida de Mounier, que João Benard da Costa explicitou um dia.

Essa intervenção humanista não era mais do que o reivindicar uma maneira nova de estar *eticamente* na política. Até então, a política surgia a muitos apenas como uma forma de disputar o Poder, como algo reservado aos ambiciosos do mando. O imediatismo das intervenções dos actores políticos contemporâneos reforçava esta impressão. «O Tempo e o Modo» vinha demonstrar praticamente um interesse não meramente instrumental pela política, a possibilidade de intervir sem visar a posse, mas tão-só, a crítica do Poder. Nesse sentido, «O Tempo e o Modo» politizou saudavelmente a minha geração.

Muitos terão ultrapassado esse domínio ético da intervenção.

E assim «O Tempo e o Modo» evoluiu no final da década para outro tipo de intervenção militante. Ficou porém essa afirmação inovadora e moderna de ser cidadão e cristão, talvez o melhor modo do melhor tempo da revista.



Malo de 58 — outra vez «os amanhãs que cantam»